

XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

29 de maio a 01 de junho de 2007, UFPE, RECIFE (PE)

**GT23: SOCIEDADE E AMBIENTE
MARIA JOSÉ DA SILVA AQUINO – UFPA
HORÁCIO ANTUNES DE SANT'ANA JÚNIOR – UFMA
NEIDE ESTERCI - UFRJ**

**O MUNDO COMO INVENÇÃO: UMA ANÁLISE DO SURGIMENTO E FORMAÇÃO
DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS**

**ANTÔNIO CARLOS WITKOSKI
DAVYD SPENCER RIBEIRO DE SOUZA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

**acwitkoski@uol.com.br
davydspencer@yahoo.com.br**

O MUNDO COMO INVENÇÃO

UMA ANÁLISE DO SURGIMENTO E FORMAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS

Antônio Carlos Witkoski¹
Davyd Spencer Ribeiro de Souza²

O Governo do Estado do Amazonas vem seguindo fortemente o movimento internacional de criação de unidades de conservação (UC) como estratégia para o desenvolvimento sustentável econômico, social e ambiental. Esta ação está articulada em nível federal com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), que orienta a formação de áreas de proteção em todo o Brasil.

Para a viabilidade da *estratégia estadual de conservação da biodiversidade*, o poder público estadual vem estabelecendo parcerias com a sociedade civil organizada, entidades privadas, ONG's nacionais e internacionais, que possam colaborar na realização de experiências sustentáveis nas UC. Um aspecto importante neste sentido é a incorporação, no âmbito da gestão ambiental, das populações que vivem nas áreas protegidas de uso sustentável.

Dentre as diferentes categorias de UC estaduais, destacam-se aquelas nas quais as populações tradicionais têm o direito de continuar vivendo em suas áreas. As Reservas de Desenvolvimento Sustentável são exemplos desta acepção, pois além dos grupos sociais garantirem a possibilidade de permanecerem no seu interior, também têm o direito de decidir sobre as políticas de conservação dos recursos naturais e de melhoria de suas próprias condições de vida.

Nesta perspectiva, este artigo analisa o surgimento e formação da reserva de desenvolvimento sustentável Piagaçu-Purus, tendo por finalidade compreender as potencialidades e limitações de suas proposições no que diz respeito à promoção da sustentabilidade dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, a pesquisa discute também as possíveis implicações socioculturais decorrentes das estratégias de gestão ambiental em nível local.

Perspectivas de desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas

A política de desenvolvimento socioeconômico e ambiental no Estado do Amazonas tem sido orientada por dois programas de governo que estão intrinsecamente correlacionados: o

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

² Cientista Social formado pela UFAM. Pesquisador do Núcleo de Socioeconomia (NuSec) da Faculdade de Ciências Agrárias da UFAM. Colaborador do Instituto Piagaçu (IPI).

Zona Franca Verde (ZFV) e o *Amazonas Sustentável*. Estes dois programas compõem a estratégia estadual de conservação da biodiversidade no Estado.

Iniciado a partir de 2003, o ZFV representa um programa multisetorial que envolve diversos órgãos e secretarias da esfera administrativa estadual, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida das populações do interior com base no desenvolvimento sustentável de sistemas de produções florestais, pesqueiras, agropecuárias e de atividades de turismo, fundamentados em bases ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis (Programa Zona Franca Verde, 2005).

A origem deste programa se deve aos problemas socioambientais resultantes de dois grandes projetos de desenvolvimento implantados no Amazonas: o primeiro concerne à expansão e fracasso da agropecuária e o segundo é referente à implantação do Pólo Industrial de Manaus (PIM). Estes projetos acarretaram, respectivamente, uma ocupação desordenada, com acelerado desmatamento, conflitos fundiários e violência; e uma rara combinação entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental (VIANA, 2005).

Deste modo, o ZFV busca a interiorização do desenvolvimento, acompanhado da geração de emprego e renda para as populações locais. Num sentido mais amplo, “o programa Zona Franca Verde foi concebido com a missão de enfrentar os descaminhos sociais e ambientais que acompanham o Amazonas desde o pós-ciclo da borracha [...]. O objetivo maior do ZFV é melhorar a qualidade de vida, gerar emprego e promover a conservação da natureza” (VIANA, 2005, p. 3).

Seguindo a *estratégia de conservação da biodiversidade*, o Governo do Estado implementa também o programa *Amazonas Sustentável*³, que abrange várias ações voltadas para o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Este programa visa promover o estabelecimento de parcerias inter e intragovernamentais com entidades privadas e com a sociedade civil organizada para tornar viáveis suas ações. Entre elas, destacam-se, a criação e implementação de unidades de conservação (UC); a organização e fortalecimento dos sistemas de produção extrativista; a gestão do desenvolvimento sustentável; a gestão dos recursos ambientais – Plano Estadual de recursos ambientais e, por fim, a gestão dos recursos hídricos – Plano Estadual de recursos hídricos.

A ação de criação e implementação de UC constitui uma das faces da política de meio ambiente e desenvolvimento sustentável estadual. As UC abrangem áreas de relevante interesse ecológico, devido a sua alta biodiversidade e/ou alta vulnerabilidade, representando proposições de usos adequados dos recursos naturais. Assim, cada UC possui uma “missão específica e papel na implementação da *Estratégia Estadual de*

³ Disponível em: <http://www.sds.am.gov.br/programas_02.php?cod=1038> Acesso em: 02 mar. 2007.

*Conservação da Biodiversidade e no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – Zona Franca Verde*⁴ [grifo nosso].

O incentivo à política de criação das UC pode ser observado com base nos números referentes ao tamanho de seus territórios. Do total de 157.782.000 ha do Estado, 15.334,495 ha estão distribuídos entre 31 UC estaduais, sendo 23 unidades de uso sustentável e 8 de proteção integral, o que corresponde a 9% de sua área total. Além destas, existem 23 unidades de conservação municipais (1.068.096 ha) que abrange 0,7% da área do Estado, 36 unidades de conservação federais (17.479,264 ha) que compreende 11,1% e mais as terras indígenas, que ocupam 45.985,930 ha ou 29,1% do território. Assim, o Estado conta com 49,9% de sua área protegida (Parques e Reservas do Estado do Amazonas, 2005; VIANA et al, 2003). Em síntese a criação de UC estaduais constitui uma das formas pelas quais o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) realiza a gestão socioambiental do território estadual, visto que são espaços delimitados sob sua administração (VALLE, 2001).

Piagaçu-Purus: perspectivas de conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das populações locais

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus⁵ (RDS PP) foi criada oficialmente pelo Governo do Estado do Amazonas (Decreto N.º 23.723, de 05 de setembro de 2003) e está situada no baixo rio Purus, medindo 1.008.167 ha distribuídos nas áreas rurais dos municípios de Anori (35,6%), Beruri (33,1%), Coari (1,0%) e Tapauá (30,3%). O tamanho de sua área é decorrente da ampliação e mudança da categoria da Área de Proteção Ambiental (APA) do lago Ayapuí, que correspondia a 650.570 ha. Sua extremidade com a reserva biológica federal Abufari (REBIO Abufari) de 288.000 ha, contribui para formar um grande corredor ecológico no baixo Purus (DEUS et al, 2003).

A área da RDS PP abrange uma riqueza ecológica muito importante para o ecossistema amazônico e para as próprias populações locais, por isso, o projeto socioambiental desta UC apresenta significativa preocupação em garantir a reprodutibilidade dos ecossistemas naturais. A propósito disso, sete motivos orientam a implementação da RDS PP: 1) a necessidade de proteção da população de tartaruga da Amazônia; 2) o fato de a área do baixo rio Purus fornecer cerca de 60% do peixe que chega a Manaus; 3) a existência de uma abundância relativa de peixe-boi e pirarucu; 4) o fato de a área ser a maior em produção ilegal de carne de jacarés do mundo; 5) a existência de, no mínimo, dezesseis espécies de primatas, o que implica a maior diversidade de macacos do mundo; 6) o fato de

⁴ Disponível em: <http://www.sds.am.gov.br/programas_02.php?cod=1129> Acesso em: 02 mar. 2007.

⁵ O nome Piagaçu tem origem na língua Tupi (pi'á – entranhas, coração, estômago; wa'su – grande vasto), podendo ser concebido como "O grande coração do Purus" (DEUS et al, 2003, p. 2).

a área abranger um dos maiores do Estado; e, por fim, 7) devido à existência de duas etnias indígenas – Apurinã e Mura – que constantemente estão em conflitos com as populações não-indígenas (COSTA, 2004)⁶.

O objetivo do projeto da Reserva não se restringe à dimensão ecológica, busca assegurar as condições para a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais locais, por meio de uma produtividade economicamente sustentável dos recursos naturais disponíveis. A propósito, Leff afirma que a perspectiva do desenvolvimento sustentável não se limita somente em regular os processos econômicos em relação aos processos ecológicos, de modo a criar mecanismos de conservação e revalorização dos recursos naturais, cumpre, também, o papel de viabilização efetiva do desenvolvimento social das populações. Conforme o autor, “o desenvolvimento sustentável converte-se num projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida da população” (LEFF, 2001 p. 60).

Entretanto, é importante frisar que o conceito de qualidade de vida não se limita às questões objetivas de atendimento das necessidades básicas de uma população, mas está fundamentalmente relacionado a fatores psicológicos, subjetivos e abstratos que regem a sua cultura. Daí a necessidade de se considerar, no âmbito do processo de promoção da qualidade de vida, a interdependência e interconexão desses aspectos (LEFF, 2001a).

É comum associar o conceito de qualidade de vida à necessidade de superação da pobreza e garantia da sobrevivência, ou seja, vinculado ao valor econômico e à satisfação da população através de benefícios sociais. Contudo, Leff (2001a) argumenta que não se pode definir qualidade de vida, a partir da generalização das necessidades sociais, isto porque, a definição é algo complexo que rompe com determinadas divisões objetivas e subjetivas, bem como depende dos valores culturais e do próprio sentido de existência dos grupos sociais. Noutras palavras,

a noção de qualidade de vida complexifica a definição e satisfação de necessidades que supera a divisão simplista entre necessidades objetivas e desejos subjetivos, assim como a dicotomia entre fatores biológicos e psicológicos, incorporando a este debate a significação cultural das necessidades e o sentido existencial das populações (LEFF, 2001a, p. 322).

Observa-se que a idéia de qualidade de vida é bastante relativa, demonstrando a importância do acúmulo de conhecimento sobre a formação social e cultural dos diversos grupos sociais, com vistas a articular mecanismos que possam de fato lhes propiciar melhoria da qualidade de vida em sua plenitude. Neste sentido, uma concepção ampliada

⁶ Optamos por utilizar nomes fictícios para identificar os agentes sociais do Instituto Piagaçu – associação civil, de caráter sócio-ambientalista, sem fins lucrativos que atua na RDS PP como “parceiro” direto do Estado, realizando atividades de pesquisa, extensão, entre outras, em regime de co-gestão –, e moradores da RDS PP.

de qualidade de vida, tendo por base o desenvolvimento sustentável, pode criar novas formas de avaliação das condições humanas.

A qualidade de vida como objetivo do desenvolvimento sustentável rompe os parâmetros homogêneos do bem-estar e abre possibilidade de novos indicadores do desenvolvimento humano que articulam os custos do crescimento com os valores e os potenciais da natureza; as mediações objetivas com as percepções subjetivas (LEFF, 2001a, p. 325).

A promoção da melhoria da qualidade de vida, por meio da satisfação das necessidades objetivas e subjetivas, que perpassam pelo campo da cultura destas populações, é um grande desafio para os agentes sociais responsáveis direta e indiretamente pela implementação das UC de Uso Sustentável. Para o alcance destes propósitos é necessária a construção de estratégias de intervenção que tenham legitimidade advinda do conhecimento sobre o modo de vida dos grupos sociais, o que exigirá um amplo trabalho de campo e pesquisa sobre os significados simbólicos, cosmovisões, mitos e crenças que compõem a estrutura sociocultural das populações locais.

Uma das primeiras ações dos pesquisadores do IPI será compreender as práticas socioprodutivas dos diferentes grupos que vivem na RDS PP. Grande parte deles desenvolve atividades que não agredem o meio ambiente a ponto de comprometer seriamente o equilíbrio dos ecossistemas e a reprodutibilidade dos recursos naturais. Na verdade, os grupos sociais praticam uma economia tradicional de subsistência (agricultura, pesca, caça, extração de madeira e produtos da floresta), combinada com um comércio por via fluvial (MARCANO et al, 2003).

O intercâmbio comercial tem grande importância para a população da RDS PP. Nesse processo, observa-se a atuação dos geleiros (barcos de pesca providos de caixa de gelo para conservação do pescado), os regatões (barcos responsáveis pelo fornecimento de produtos industrializados, como óleo, café e açúcar, em troca de produtos naturais, como peixes, caça e madeira) e, por fim, os recreios - barcos utilizados para o transporte de passageiros, mas que também transportam cargas comerciais (MARCANO et al, 2003).

A relação comercial entre as populações locais e os agentes sociais ligados ao comércio local e regional tem algumas desvantagens para os primeiros: os comerciantes ou compradores locais itinerantes procuram desvalorizar os produtos agrícolas da população local para depois vendê-los por um preço que lhes garantam uma boa margem de lucro. Este fato ocorre principalmente porque, diante da impossibilidade de escoar os seus produtos, as comunidades da localidade são obrigadas a vendê-los por um preço muito abaixo da realidade, o que acarreta prejuízos e submetem-lhes a uma relação de dependência e até de endividamento.

O modo de vida dos grupos sociais da RDS PP pode ser entendido a partir da noção de que a produção característica das populações tradicionais é o da pequena produção

mercantil, ou seja, embora produzam com a finalidade de vender os produtos, as sociedades tradicionais se mantêm por meio da pequena agricultura, do extrativismo vegetal e animal (caça e pesca) (DIEGUES, 1996).

Essa característica do modo de produção mercantil é mantida por meio de um sistema de produção e reprodução social e ecológica muito diferente das sociedades capitalistas. O modo de vida e a manutenção das características fundamentais da formação social das chamadas populações tradicionais às tornam sustentáveis, pois “à medida que os processos fundamentais de produção e reprodução ecológica, social, econômica e cultural funcionam, pode-se afirmar que são sociedades sustentáveis” (DIEGUES, 1996, p. 91). Todavia, estes grupos sociais estão, em maior ou menor grau, articulados ao modo de produção capitalista, sendo bastante influenciados na maneira como se apropriam dos recursos naturais. Essa relativa dependência em relação ao modo de produção capitalista tem feito com que estes grupos submetam a natureza e os seus recursos a um tratamento prejudicial em termos de conservação.

Por outro lado, nem sempre a relação das populações tradicionais com o sistema capitalista significa a desorganização ou destruição do modo de produção mercantil. Em muitos casos, mesmo que a produção capitalista se aproprie da produção artesanal não é capaz de desorganizar esse modo de produção e reprodução social. É o que tem acontecido na área da RDS PP, onde os grupos sociais de pescadores locais conservam o seu pequeno modo de produção mercantil, a estrutura social e os valores culturais herdados há dezenas de anos, contribuindo significativamente para o equilíbrio da natureza.

A importância do conhecimento ecológico-cultural das populações tradicionais para a conservação ambiental

Um fator que tem sido de grande valia para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da sustentabilidade socioambiental refere-se ao conhecimento ecológico-cultural das populações tradicionais. As UC que têm levado isso em consideração têm demonstrado alcançar seus objetivos com maior legitimidade e sucesso do que aquelas que expulsam direta e indiretamente os grupos sociais de suas áreas.

As possibilidades de se atingir as finalidades sociais, econômicas e ambientais propostas nas UC de uso sustentável é factível, desde que se tenha como objetivo precípua a articulação entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico⁷ no processo de

⁷ Aqui se faz necessária uma breve distinção entre saber e conhecimento. “O primeiro é o processo pelo qual o sujeito se encontra modificado pelo que conhece, ou melhor, pelo trabalho realizado para conhecer. É o que permite a modificação do sujeito e a construção do objeto. Conhecimento é o processo que permite a modificação dos objetos cognoscíveis, o desenvolvimento de sua inteligibilidade, a compreensão de sua racionalidade, enquanto o sujeito que faz a pesquisa permanece sempre o mesmo” (FOUCAULT, 1991, apud LEFF, 2001:157).

construção do seu projeto de desenvolvimento sustentável. Diegues (2001) têm acentuado a importância das reservas interessadas na permanência dos seres humanos no seu interior, respeitando os seus direitos étnicos e culturais, uma vez que tais populações já viviam nessas áreas há centenas de anos.

Um dos exemplos lembrados pelo autor concerne à importância das Reservas Extrativistas como mecanismo de defesa e também de recriação dos modos de vida das populações tradicionais, o que possibilita maior êxito nas ações voltadas para a apropriação sustentável da natureza. Segundo o autor, estas reservas “representam, sem dúvida, uma das alternativas para o uso sustentado dos recursos naturais para a Amazônia, respeitando ao mesmo tempo os modos de vida das populações e a diversidade biológica” (DIEGUES, 2001, p. 113).

Outro exemplo usado pelo autor refere-se à antiga Estação Ecológica Mamirauá, no Estado do Amazonas que, mesmo antes de ter sido modificada oficialmente para RDS, passou a dar exemplo de reconhecimento do papel exercido pelas populações locais com relação à proteção e conservação ambiental, pois se verificou que os grupos sociais detinham vasto conhecimento acumulado sobre o mundo natural, o que permitia, por meio dos seus sistemas de manejos eficientes, manter o equilíbrio dos ecossistemas e a reprodutibilidade dos recursos naturais.

Para a concretização deste ideal na RDS PP, o IPI vem realizando várias pesquisas científicas na área da Reserva com o objetivo de compreender o modo de vida das populações locais, isto é, a cultura, a organização política, os saberes atinentes ao mundo natural, as práticas produtivas, a relação econômica local e regional, enfim, a organização social como um todo, uma vez que o sucesso da implementação do projeto socioambiental da Reserva depende necessariamente da incorporação destes aspectos.

A junção do saber tradicional com o conhecimento científico cumpre um papel importante na consolidação de alternativas sustentáveis. Por esta razão, Leff (2000) afirma que os estudos de sociedades “pré-capitalistas” possibilitam a construção de padrões tecnológicos apropriados para o aproveitamento das riquezas naturais. Mas isto só é possível mediante a investigação social e produtiva das culturas tradicionais, de modo que se possa compreender o processo histórico por meio do qual estas populações assimilaram a dinâmica dos ecossistemas. Este processo de conhecimento das populações locais “permite descobrir a racionalidade de suas práticas de uso dos recursos e reorientá-las para os objetivos do desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2000, p. 97).

A idéia é construir um saber ambiental, no qual a noção do diálogo de saberes, inclusive entre as diferentes áreas da ciência, seja imprescindível para a construção de uma racionalidade ambiental transformadora do paradigma científico tradicional e que tenha por objetivo a concretização do ideal sustentável. Este saber ambiental “demanda a produção

de novos conhecimentos, o diálogo, a hibridação e integração de saberes, bem como a colaboração de diferentes especialidades, propondo a organização interdisciplinar do conhecimento para o desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2001, p. 162).

A idéia de um saber ambiental apoiada no diálogo de saberes é importante para suprir as políticas ambientais de recursos científicos capaz de contribuir efetivamente para melhorar as próprias práticas adotadas pelas populações tradicionais, uma vez que “[...] muitas práticas geradas pelas estratégias de sobrevivência das comunidades rurais induzem um uso ineficiente das fontes energéticas naturais e em muitos casos levam à destruição e ao desaproveitamento do potencial produtivo dos ecossistemas” (LEFF, 2000, p. 67). Assim, a idéia de um diálogo de saberes corresponde a uma via de mão-dupla de aprendizado capaz de propiciar condições (eco)tecnológicas de aproveitamento produtivo dos recursos naturais.

Porém, a incorporação de novas técnicas por parte das populações locais, ainda que sejam de caráter ecológico, está ligada diretamente com a sua autonomia política, ou seja, depende de sua disposição e capacidade para absorver conhecimentos científicos e técnicas modernas, contanto que o incremento dessas práticas produtivas não destrua sua identidade étnica e seus valores culturais (LEFF, 2000). Isso revela que a implementação das políticas para o desenvolvimento sustentável não depende somente dos agentes sociais da esfera do Estado e de outros setores e segmentos que respondem pelas ações em regime de co-gestão. Depende, também, significativamente da compreensão, interesse e participação dos grupos sociais.

Plano de manejo e gestão socioambiental

A área da RDS PP é alvo das ações de diferentes grupos sociais interessados nos recursos naturais disponíveis - a madeira, a caça, o pirarucu, o peixe-boi, o jacaré, a tartaruga, diversas espécies de peixe, entre outros. Deste modo, a ação antrópica dos diversos grupos sociais, endógenos e exógenos, caracteriza-se pela multiplicidade e intensidade de apropriação das riquezas naturais. A variedade das ações antrópicas revela a existência de uma diversidade socioambiental local, que se traduz em múltiplas formas de relacionamento com a natureza, uma vez que cada grupo social incorpora a suas ações, sentidos e objetivos distintos no uso dos recursos naturais. Assim, enquanto as ações de determinados grupos podem ser consideradas ecologicamente corretas, as de outros podem ser concebidas como depredatórias. Mas a interpretação depende da finalidade, sentido e intensidade com que os agentes sociais se apropriam da natureza.

A partir disso, é possível entender o fato de alguns grupos sociais praticarem ações que causam implicações ambientais na área. Parcela significativa destes grupos, principalmente dos exógenos, está vinculada ao comércio local-regional, que os induz ao acúmulo de

capital e conseqüentemente ao exercício de práticas intensivas para atender as demandas do mercado capitalista. Entre os agentes que vêm contribuindo para o prejuízo aos ecossistemas, destacam-se, os latifundiários, proprietários de madeireiras, proprietários de barcos pesqueiros de grande porte, caçadores de aves e animais silvestres, proprietários de frigoríficos, entre outros.

Em face destes problemas, o projeto da RDS PP sustenta a idéia de criação de um instrumento que possa orientar a apropriação social dos recursos naturais. Os agentes sociais do IPI pretendem propiciar as condições sociais e (eco)tecnológicas para a materialização de um plano de manejo, isto é, de uma estratégia produtiva apoiada nos princípios da sustentabilidade dos ecossistemas naturais. O plano de manejo representa um mecanismo de regulamentação do uso dos recursos naturais, buscando contemplar os interesses socioeconômicos e ambientais de vários grupos sociais. Sua construção e adaptação se dão com base no conhecimento e participação dos vários grupos sociais vinculados à Reserva e que usufruem sua riqueza natural.

Neste sentido, o plano de manejo constitui-se no principal veículo de controle da apropriação da natureza, pois reflete um conjunto de normas que possivelmente implicará num enquadramento institucional das ações dos agentes sociais que vivem e atuam na Reserva. Através deste instrumento, buscar-se-á implementar uma ação racional, integrada e ecologicamente sustentável de utilização produtiva da natureza em longo prazo, de modo que a qualidade de vida das populações locais seja viabilizada.

Pesquisa e participação social na elaboração do plano de manejo

O projeto *Conservação e Manejo da Biodiversidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus* (2004), elaborado pelo IPI, define os trabalhos de pesquisa científica a serem realizadas na área da Reserva e que orientarão a implementação do plano de manejo. As pesquisas são atinentes a: 1) distribuição, abundância, ecologia reprodutiva e caça ilegal de crocodilianos; 2) distribuição, abundância e determinação da reprodução, alimentação e áreas de desova de peixes comerciais; 3) estudos sobre a pesca comercial; 4) levantamento, distribuição e ecologia reprodutiva de mamíferos aquáticos; 5) distribuição, ecologia e caça ilegal de quelônios; 6) estudo sobre a distribuição de aves; 7) avaliação de métodos de amostragem de animais silvestres; 8) estudos sobre a caça de animais silvestres; 9) levantamento, distribuição e ecologia de répteis; 10) caracterização socioeconômica e cultural das populações humanas; 11) levantamento demográfico, saúde, grau de escolaridade dos grupos sociais e 12) das práticas de agricultura familiar e de produtos não-madeireiros na área.

Os resultados destas pesquisas poderão efetivamente subsidiar o plano de manejo e as demais ações para a implementação do projeto de desenvolvimento sustentável local. Assim, “a investigação científica aplicada ao conhecimento do potencial produtivo destes recursos deve ser a base para desenvolver investigações tecnológicas que dêem como resultado a criação de um sistema de técnicas apropriadas para sua transformação” (LEFF, 2000, p. 52).

Da mesma forma, o processo de formulação do plano de manejo da RDS PP não poderá prescindir da participação ativa dos grupos sociais locais, pois a eficiência do manejo depende invariavelmente dos seus conhecimentos, já que estes se relacionam com a natureza (quase que) por meio de uma simbiose. Esta interação é importante para consolidar uma gestão participativa, democrática e racional da natureza.

Leff (2000) afirma que as populações locais desempenham a partir da autogestão, um papel fundamental para a transformação de seu próprio meio em busca de um outro tipo de desenvolvimento que atenda as demandas sociais, ecológicas do presente e do futuro. Para o autor, “o princípio de *self-reliance* (autogestão) proposto pelas estratégias do ecodesenvolvimento implica, mais que a autarquia das comunidades, a sua participação direta na apropriação e transformação de seu ambiente para alcançar um desenvolvimento igualitário, sustentável e duradouro” (LEFF, 2000, p. 363).

Neste contexto, os agentes sociais do IPI acreditam numa gestão socioambiental participativa e inclusiva, através da qual seja possível alcançar a conservação da biodiversidade e as condições que viabilizem qualidade de vida às populações locais. Para que isso se concretize, a inserção dos vários grupos sociais é imprescindível, uma vez que “[...] eles precisam ter claro que a conservação é pra eles mesmos. A importância deles é fundamental nisso, o conhecimento deles, a vontade de participar, de se integrar, de se unir para atingir esse objetivo maior” (SILVA, 2004).

Leff (2000) reafirma o potencial participativo das populações locais na conservação dos recursos naturais e consolidação de um desenvolvimento pautado na sustentabilidade. Isso é possível, pois na medida em que estes grupos sociais habitam a floresta, as selvas tropicais, “[...] criando e recriando seus laços de solidariedade, sua própria cultura face à dinâmica dos ecossistemas, é que podem assumir o compromisso de manter a base de recursos como legado de um patrimônio histórico e cultural e fonte de um potencial econômico para as gerações vindouras” (LEFF, 2000, p. 133).

Com efeito, observa-se que a implementação do projeto socioambiental da RDS PP se distingue dos métodos tradicionais e tecnocráticos de planejamento que comumente o Estado costuma utilizar, impondo projetos de gabinete sem o devido diálogo, sem a necessária interação com as populações locais e sem um amplo trabalho de pesquisa de campo. Na maioria dos casos, os programas governamentais não se concretizam em razão

da ausência destes princípios fundamentais que devem nortear as políticas públicas, por isso, os desperdícios de recursos e as frustrações da sociedade são freqüentes.

Mediação dos conflitos sociais na RDS PP: um desafio de ordem política

Um dos desafios políticos que os agentes sociais do IPI vem enfrentando no processo de formulação de propostas e de construção das bases para a implementação do projeto da RDS PP, se refere aos conflitos sociais existentes entre diferentes grupos que atuam, vivem e usufruem os recursos naturais da área da Reserva. Os conflitos mais freqüentes ocorrem entre populações indígenas versus populações não-indígenas (pescadores profissionais, exploradores de madeiras, caçadores de animais silvestres), populações locais versus latifundiários, proprietários de barcos pesqueiros versus populações locais indígenas e não-indígenas.

Os conflitos sociais revelam-se no campo da cultura, por isso podem ser denominados de conflitos simbólicos. Na maioria dos casos os conflitos sociais ocorrem de maneira latente, pois os conflitos envolvendo lutas corporais, ou seja, de violência efetiva são (quase) inexistentes. Entretanto, os conflitos sociais latentes, em potencial, podem concorrer para uma situação de confronto físico entre os grupos sociais (conflitos manifestos), o que requer medidas consistentes e eficazes na sua resolução.

Os agentes sociais do IPI vêm desempenhando o papel de mediadores dos conflitos existentes entre os grupos sociais, tendo por base a negociação e o diálogo inerentes à concepção de gestão ambiental em nível local. A mediação dos conflitos sociais é um dos problemas mais emblemáticos na Reserva, pois os interesses na área são muito complexos. Muitos dos grupos sociais estão articulados com as demandas da cidade de Manaus, do interior do Amazonas e de outros estados.

Outro importante desafio enfrentado pelos agentes sociais do IPI concerne à resistência de vários grupos à implementação da Reserva: madeireiros, latifundiários, caçadores, pescadores profissionais. Esta resistência também é proveniente de parcela significativa das populações locais que desconfiam de suas reais finalidades. A maior preocupação das famílias locais diz respeito à possibilidade de permanência na área, isto porque, em outras UC, de proteção integral, os grupos sociais são obrigados a deixarem suas terras, já que a legislação não lhes permite continuar vivendo na área.

Em consequência do exemplo que tiveram com a reserva biológica Abufari (REBIO Abufari), onde várias famílias foram obrigadas a abandonarem suas casas e terras, os grupos sociais da RDS PP desconfiam e muitos até acreditam na possibilidade de serem impedidos de permanecer na área. Em uma das reuniões com os agentes sociais do IPI, um

morador manifestou sua desconfiança com relação aos propósitos da RDS PP. Tomando como exemplo o que ocorreu em Abufari, argumenta que:

ninguém tirou ninguém de lá, dentro da reserva todo mundo ficou lá, agora as pessoas tiveram que sair de lá porque não tinha do que sobreviver. Um regatão, um motorzinho, que entrava para levar um rancho lá dentro e comprar uma produção, quando chegava na boca eles tomavam. [...] Aí todo mundo saiu, ninguém tirou ninguém, como aqui, vocês dizem que ninguém vai tirar ninguém (MARQUES, 2004).

Outro morador também ressaltou a necessidade de que as comunidades sejam informadas sobre a verdadeira finalidade da Reserva para não serem posteriormente “enganadas”, como ocorreu na REBIO Abufari. Para o morador, é preciso esclarecer bem o tipo de reserva que se deseja implantar na área para depois não haver desentendimentos. Conforme suas palavras, “eu não tenho medo, não é ficar medroso, a pessoa tem que ser é sincera, dizer a verdade, [...] vocês têm que falar a verdade se for do tipo das outras reservas, [se] tem que ser daquele jeito, e se não for, também tem que falar a verdade pro cara não ser enganado” (ALVES, 2004).

Embora sejam freqüentemente informadas sobre a legislação vigente que diferencia a categoria da RDS PP das demais UC, as populações locais continuam receosas com a sua implementação. Ao se referir sobre as reais características da Reserva, o mesmo morador suscita dois cenários possíveis que evidenciam bem o pensamento dos grupos sociais com relação ao projeto da Reserva: “se for um tipo de uma coisa original, de verdade, vocês estão do lado de nós e nós do lado de vocês, mas se já não for o que vocês dizem, vocês já não tão do nosso lado” (ALVES, 2004).

Outro aspecto que permeia o processo de discussão e de possíveis conflitos sociais entre o IPI e os grupos locais refere-se ao fato de poder haver certas implicações decorrentes do plano de manejo, particularmente em se tratando de possíveis restrições a determinadas atividades de apropriação dos recursos naturais que são praticadas pelas populações locais. Esta possibilidade é factível, uma vez que o projeto da RDS PP prega a sustentabilidade dos ecossistemas mediante o uso controlado dos recursos naturais.

A respeito dessa possibilidade, Santos (2002) observou que o processo de implementação do Parque Nacional do Jaú – UC de proteção integral – ocorreu com base no controle das ações dos grupos sociais. Apoiado no conceito de Michel Foucault sobre “bio-poder”, Santos afirma que a normatização das atividades dos agentes sociais, com o intuito de limitar a pressão sobre os recursos naturais, evidencia uma espécie de “bio-poder”, isto é, uma tática de poder que vigia e controla os indivíduos através de práticas disciplinares que agem sobre seus corpos com a finalidade de torná-los “dóceis” para colaborar com uma eficácia produtiva em termos de conservação da natureza.

Neste caso, a noção de poder assume um caráter positivo quanto a sua tática de atuação para o controle dos espaços e construção de um “tipo ideal” de homens submetidos à ordem econômica e social estabelecida. Dito de outra maneira, “no [...] controle dos espaços, nos quais emergem práticas disciplinares que vão agir sobre os corpos, vislumbra-se uma eficácia produtiva, uma positividade que possibilita a construção de homens rentáveis à ordem econômica, política, cultural e social moderna, ao invés de expulsá-los da vida social” (SANTOS, 2002, p. 15).

Este mesmo processo poderá ocorrer na RDS PP, tendo como instrumento mais visível das formas de bio-poder o plano de manejo, que irá representar a junção do conhecimento científico associado ao saber tradicional, assim como um conjunto de normas e táticas condutoras da ação dos grupos sociais locais sobre a apropriação dos recursos naturais. A institucionalização do plano de manejo representa uma condição impreterível para o enquadramento das populações locais e dos demais usuários da Reserva de forma a alcançar a eficácia produtiva e a garantia da preservação da natureza. Entretanto, quanto menos houver a incorporação da participação dos grupos sociais locais e de seus saberes tradicionais na elaboração do plano de manejo, maior será a possibilidade do bio-poder agir de forma coercitiva sobre estes sujeitos, impondo-lhes uma lógica de apropriação do mundo natural fundamentada numa visão tecnicista da ciência formal.

Ainda que os gestores públicos consigam formular as normas de uso dos recursos naturais com o maior grau de adesão e legitimidade possíveis, os conflitos sociais latentes ou manifestos serão recorrentes, seja entre os próprios grupos sociais, seja entre estes e os agentes do IPI e da esfera do Estado. Os conflitos sociais poderão recrudescer a partir das medidas de fiscalização previstas no plano de manejo, a execução destas caberá por excelência ao IPAAM e Ibama, instituições com as quais as populações locais têm conflitos históricos.

Considerações finais

As UC de uso sustentável representam uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, onde a relação entre homem e natureza é orientada pelos princípios da sustentabilidade dos sistemas ecológicos. Trata-se de uma política de intervenção no mundo social e natural empenhada em atender, de maneira democrática e sustentável, os interesses dos agentes sociais que usufruem os recursos naturais.

Neste contexto, a RDS PP revela uma possibilidade de criar as condições em nível micro-social que viabilizem a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais locais, concomitantemente à manutenção dos recursos naturais dos quais fazem uso. Neste sentido, a proposta do plano de manejo configura-se, potencialmente, como um instrumento

de gestão ambiental capaz de proporcionar uma apropriação racional e sustentável das potencialidades naturais, assim como a reprodução social e cultural das populações locais.

Para tanto, a sinergia entre o conhecimento científico e o saber tradicional passa a ser uma condição necessária para a construção de uma política capaz de realmente promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental na área. O diálogo de saberes e a proposta da gestão compartilhada tornam-se condições fundamentais para se alcançar resultados satisfatórios no projeto da RDS PP.

Finalmente, pode-se afirmar que a política de desenvolvimento sustentável local assume um papel articulado em nível macro-social, contribuindo para a manutenção da estabilidade e funcionalidade do sistema capitalista que, por sua vez, necessita assegurar a perpetuação dos recursos naturais para a sua própria sobrevivência. A implantação de um sistema de unidades de conservação na Amazônia revela-se como uma invenção social, articulada em nível local e global pelos Estados Nacionais, setores ambientalistas e organizações não-governamentais, interessados em impor uma concepção de conservação ambiental baseada numa reordenação territorial que atende muito mais aos interesses do capital internacional do que de fato aos povos da Amazônia que passam a viver numa espécie de *Panóptico Verde* ou num grande zoológico ambiental.

Referências bibliográficas

Amazonas. G. do E. (2003). Decreto de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, N.º 23.723, de 05 de setembro de 2003. Manaus: Diário Oficial.

DEUS, C. P. de. et al. (eds.) (2003). *Piagaçu-Purus: Bases Científicas para a Criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável*. Manaus: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM).

DIEGUES, A. C. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC.

_____; VIANA, V. M. (orgs.) (2000). *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica*. São Paulo: NUPAUB.

_____; MOREIRA, A. de C. (orgs.) (2001). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB.

LEFF, E. (2000). *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da FURB.

_____. (2001). *Epistemologia Ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez.

_____. (2001a). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Rio de Janeiro: Vozes.

MARCANO, L. C. et al. (2003). Avaliação preliminar da situação socioeconômico dos moradores do baixo rio Purus. In: DEUS, C. P. de. et al. (ed.). *Piagaçu-Purus: Bases Científicas para a Criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável*. Manaus: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM).

SANTOS, L. F. de S. (2002). *O Panóptico Verde: a ambientalização da Amazônia através do Parque Nacional do Jaú*. Manaus. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas.

VALLE, A. S. do. (coord.) (2003). Comissão para realizar estudos e propor alternativas com vistas à elevação da eficiência das ações de gestão territorial. Manaus: IPAAM. Documento não publicado.

_____ et al. (2001). Unidades de Conservação do Estado do Amazonas. Manaus: IPAAM. Documento não publicado.

VIANA, V. et al. (orgs.) (2003). *Áreas Protegidas do Estado do Amazonas: subsídios para a estratégia de conservação da biodiversidade*. 2ª ed. Manaus: SDS/IPAAM/CI.

_____ (2005). O marco conceitual do programa Zona Franca Verde. In: Amazonas. G. do E. Programa Zona Franca Verde. 2ª ed. Manaus: SDS/Sepror/Agecom.